



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

CENSOS 2021



O QUE NOS DIZEM OS CENSOS

SOBRE AS DIFICULDADES
SENTIDAS PELA POPULAÇÃO
COM INCAPACIDADE



POPULAÇÃO



AGREGADOS
E NÚCLEOS
FAMILIARES



HABITAÇÃO

FICHA TÉCNICA

Título

O que nos dizem os Censos sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidades

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Av. António José de Almeida

1000 - 043 LISBOA

PORTUGAL

Telefone: 218 426 100

Fax: 218 454 084

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Monografia

População e sociedade | População

Edição digital

ISBN 978-989-25-0632-6



Apoio | ao utilizador

218 440 695

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

ERRATA

Página 16 – Dado atualizado em 12-12-2022

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2022

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



De acordo com os dados do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021):

- 10,9% da população residente com 5 ou mais anos tem pelo menos uma incapacidade;
- esta condição afeta principalmente as mulheres, obtendo-se um rácio de feminilidade de 164 mulheres com incapacidade por cada 100 homens com incapacidade;
- a prevalência da incapacidade aumenta com o avanço da idade, de forma progressiva, sobretudo a partir dos 70-74 anos;
- o nível de escolaridade completado pela maior parte da população com incapacidade era o ensino básico (64,7% considerando a população com incapacidade e com 15 ou anos);
- a probabilidade de estar ativo e a probabilidade de estar empregado são inferiores quando existe pelo menos uma incapacidade;
- a incapacidade em andar ou subir degraus é a mais prevalente e afeta 6,1% da população com 5 ou mais anos;
- 3,5% são afetados pela incapacidade em ver, 3,4% pela incapacidade de cognição/memória, e 2,8% em ouvir;
- 3,0% têm dificuldade em tomar banho ou vestir-se sem apoio e 1,5% em compreender os outros ou fazer-se compreender;
- a incapacidade em ver é a que afeta relativamente menos o emprego das pessoas com incapacidade (20,0% estavam ativas e 17,5% estavam empregadas à data dos Censos 2021), enquanto a incapacidade de mobilidade é a mais penalizadora (apenas 7,9% das pessoas com incapacidade estavam ativas e 7,1% empregadas);
- 8,0% da população com 5 ou mais anos e incapacidade vive em alojamentos coletivos, uma proporção bastante superior à observada para a população em geral com 5 ou mais anos (1,5%);
- 68,1% da população residente em alojamentos familiares clássicos, com 5 ou mais anos e incapacidade de mobilidade viviam em alojamentos sem acessibilidade para pessoas que utilizam cadeira de rodas de forma autónoma (sem apoio de outra pessoa);
- a população com 15 ou mais anos com incapacidade que se desloca para trabalhar ou estudar representa apenas 3,2% do total da população que o faz e 13,3% do total da população com 15 ou mais anos com incapacidade.

INTRODUÇÃO

Esta publicação apresenta uma análise exploratória dos dados recolhidos pelo XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021) sobre a existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população, que permitem uma aproximação ao conceito de incapacidade com base na funcionalidade, ou seja, como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência. O INE inicia assim uma série de estudos que procuram explorar de forma mais aprofundada algumas das dimensões censitárias mais relevantes ao nível da população, dos agregados familiares e da habitação.

O capítulo 1 inclui uma breve descrição sobre o modelo de recolha e apuramento dos resultados sobre a prevalência de incapacidade, designado “Washington Group Short Set on Functioning”, que foi utilizado nos Censos 2021 em conformidade com o recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE)¹.

No capítulo 2 é desenvolvida uma análise estatística descritiva das características demográficas da população com incapacidade, por tipo de dificuldade na realização das seis atividades/funções classificadas como universais no modelo “Washington Group Short Set on Functioning”, enquanto o capítulo 3 explora os dados sobre o tipo de alojamento em que vivem as pessoas com incapacidade.

Os capítulos 4 e 5 privilegiam uma análise da distribuição geográfica, o primeiro sobre a distribuição da população com incapacidade, total e com detalhe para as quatro funcionalidades consideradas essenciais (visão, audição, mobilidade, cognição/memória), e o segundo sobre a acessibilidade aos alojamentos de residência principal.

A análise estatística apresentada no capítulo 6 descreve detalhadamente a distribuição da população com incapacidade com 15 ou mais anos, para cada uma das funcionalidades consideradas essenciais e várias características sociodemográficas.

No capítulo 7 é apresentada uma análise exploratória para determinar a influência de cada uma das incapacidades essenciais, em simultâneo com algumas características individuais (idade, sexo, nível de escolaridade, região de residência, dimensão familiar) sobre a atividade e sobre o emprego.

O ponto 8 apresenta os principais conceitos utilizados.

1 | O QUESTIONÁRIO E O CONCEITO DE INCAPACIDADE UTILIZADO

Os Censos 2021 recolheram dados sobre a existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sem ajuda, compreender os outros ou fazer-se compreender.

Este modelo corresponde ao “Washington Group Short Set on Functioning”, adiante designado WG-SS, proposto pelo “Washington Group on Disability Statistics”. Este grupo foi criado pela Organização das Nações Unidas principalmente para desenvolver metodologias de recolha e análise de dados sobre incapacidades, com vista à caracterização das limitações das pessoas através da observação do grau de dificuldade que estas sentem na realização de determinadas atividades, ou seja, numa abordagem que considera a funcionalidade e a incapacidade como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência.

O modelo WG-SS inclui seis domínios de funcionalidade que são universais: visão, audição, mobilidade, cognição/memória, realização de cuidados pessoais, comunicação. Os quatro primeiros são domínios considerados essenciais para determinar a incapacidade, enquanto os domínios relativos a cuidados pessoais e comunicação podem ser considerados como complementares.

¹ Informações mais detalhadas em <https://www.washingtongroup-disability.com/question-sets/wg-short-set-on-functioning-wg-ss/>.

O questionário dos Censos 2021, definido de acordo com o modelo WG-SS, inclui uma pergunta para cada um dos seis domínios de funcionalidade, cada uma com quatro categorias de resposta, que expressam um grau crescente de dificuldade: 1. Nenhuma dificuldade; 2. Alguma dificuldade; 3. Muita dificuldade; e 4. Não consegue (realizar a atividade de todo).

As seis perguntas, estruturadas em conformidade com as quatro categorias predefinidas no modelo WG-SS, foram recolhidas numa base facultativa no questionário do indivíduo dos Censos 2021, para a população com 5 ou mais anos.

Nos Censos 2011, foram também recolhidos dados sobre os seis domínios de funcionalidade, mas existem vários aspetos que impedem uma comparação direta dos resultados, designadamente:

- As seis perguntas eram de resposta obrigatória;
- A introdução às seis perguntas acrescenta explicitamente a menção a problemas decorrentes da idade (envelhecimento) e estabelece que se tratam de dificuldades crónicas (mais de 6 meses);
- A formulação das seis perguntas não seguiu a estrutura recomendada atualmente pelo modelo WG-SS, antes uma estrutura condensada em apenas três categorias, em que a primeira corresponde a “Não tem dificuldade ou tem pouca dificuldade”, o que aproxima subjetivamente a perceção de “pouca dificuldade” à não existência de dificuldade, consequentemente não sendo possível descartar uma quebra de série entre 2011 e 2021 (excepto nas situações de incapacidade total).

Concetualmente, a incapacidade é a interação da condição de saúde de um indivíduo com os seus fatores contextuais, ambientais e pessoais que revela limitação de atividade e/ou restrição na participação. Na análise dos resultados dos Censos 2021, este conceito é aplicado em conformidade com o modelo WG-SS, considerando-se existir uma incapacidade quando o respondente indica ter muita dificuldade ou não conseguir realizar de todo uma das seis atividades/funções específicas do modelo.

2 | CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO COM INCAPACIDADE

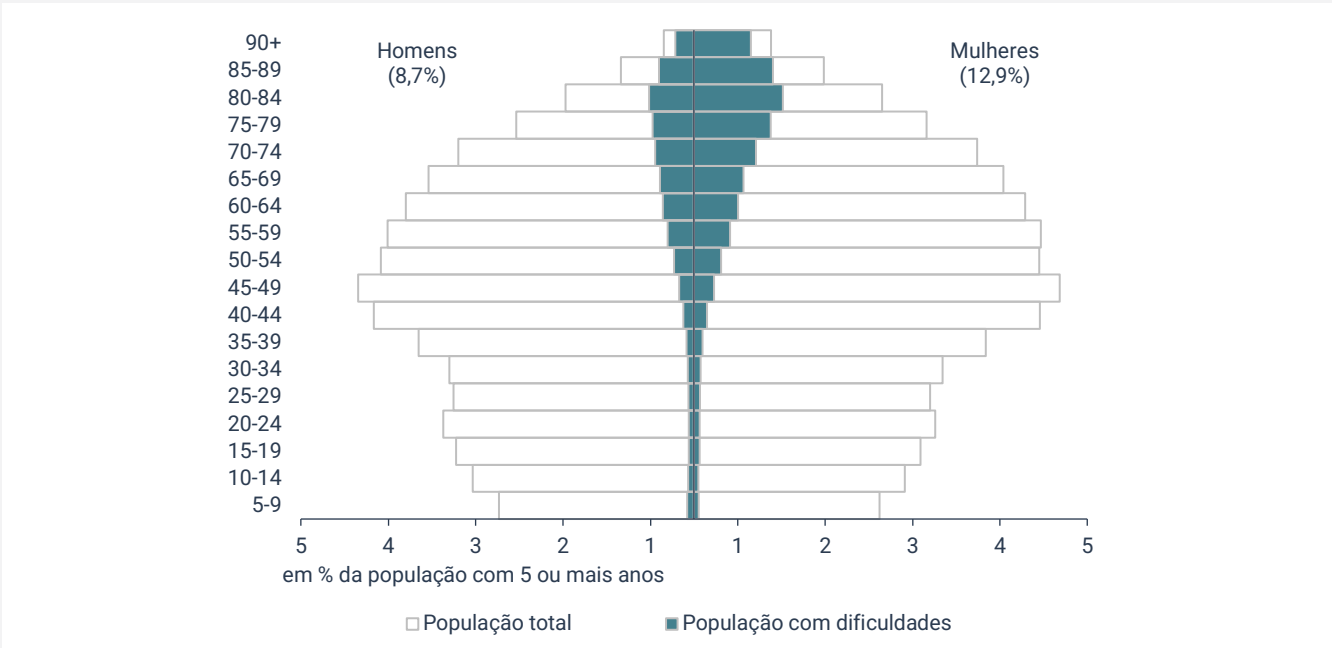
Os dados do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021) indicam que, em 2021, residiam em Portugal 1 085 472 pessoas com 5 ou mais anos com pelo menos uma incapacidade na realização dos seis tipos de atividades abrangidas pelo modelo WG-SS devido a problemas de saúde, o que representa 10,9% da população residente com 5 ou mais anos (9 935 472).

A existência de incapacidade é mais prevalente no caso das mulheres, com uma proporção de mulheres com incapacidade de 12,9%, superior em 4,2 p.p. à obtida para os homens (8,7%). Esta condição é bem refletida num rácio de feminilidade de 164 mulheres por cada 100 homens considerando a população com incapacidade, que compara com 111 mulheres por cada 100 homens para o conjunto da população total com 5 ou mais anos.

Observando a estrutura etária da população com incapacidade, verifica-se que a prevalência de pelo menos uma das seis incapacidades aumenta com o avanço da idade, de forma progressiva, sobretudo a partir dos 70-74 anos, e é mais significativa no caso das mulheres.

O rácio das pessoas com 65 ou mais anos com incapacidade é de 19,2 por cada criança dos 5 aos 19 anos com a mesma situação. Por comparação, considerando a população total, existiam 1,7 pessoas com 65 ou mais anos por cada criança dos 5 e aos 19 anos (e de 1,2 na população sem incapacidade).

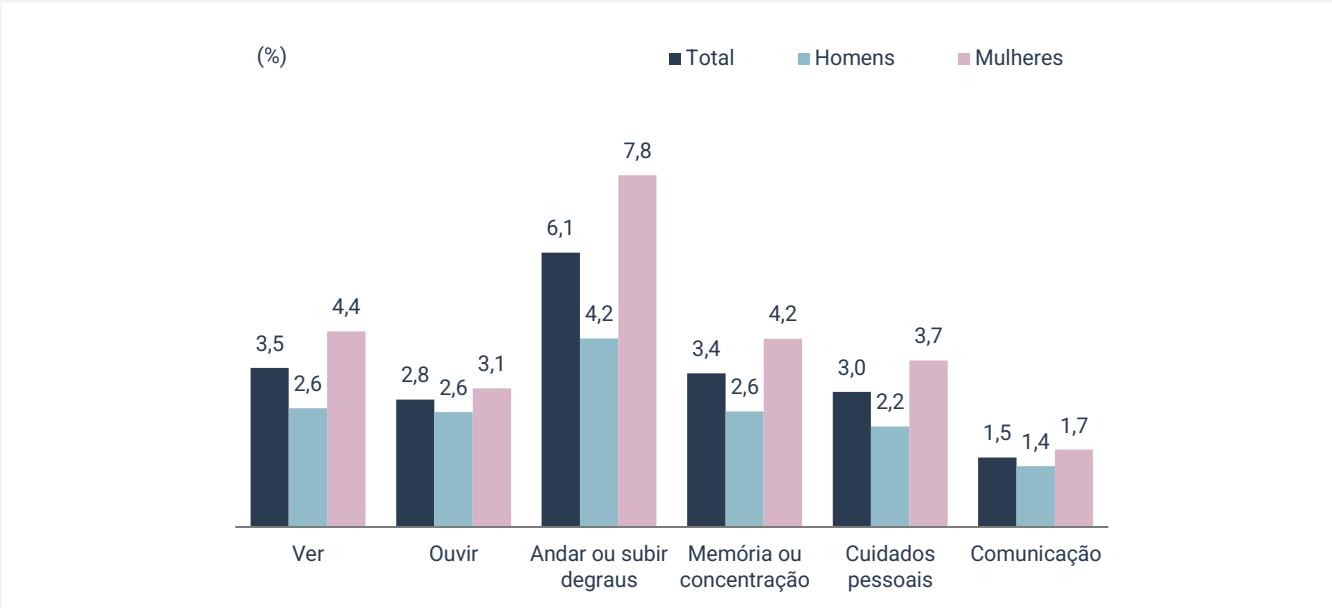
FIGURA 1. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS, TOTAL E COM INCAPACIDADE, PORTUGAL, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Por tipo de funcionalidade, verifica-se uma maior predominância da dificuldade em andar ou subir degraus, que afeta 6,1% da população com 5 ou mais anos, em relação à dificuldade em ver (3,5%), à de memória ou concentração (3,4%), de tomar banho ou vestir-se (3,0%), de ouvir (2,8%), ou em compreender os outros ou fazer-se compreender (1,5%).

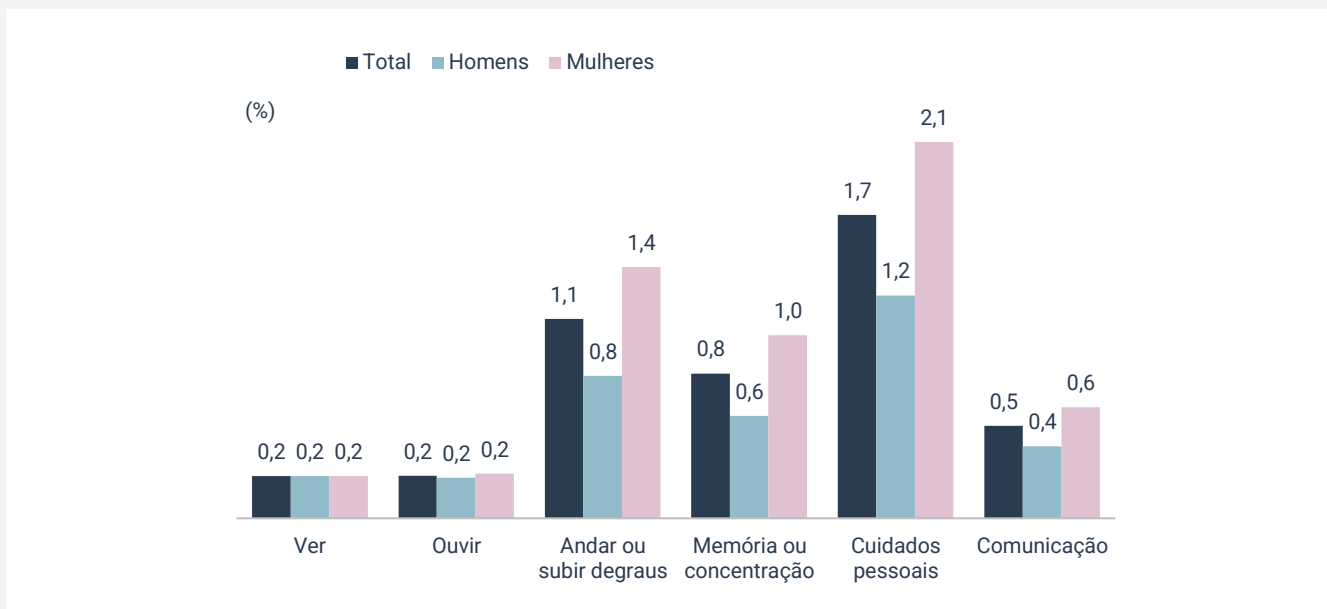
FIGURA 2. TAXAS DE PREVALÊNCIA DA INCAPACIDADE NA POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS POR TIPO DE FUNCIONALIDADE E SEXO, PORTUGAL, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

A prevalência do grau de incapacidade severa, ou seja, as pessoas que referiram não conseguir realizar de todo cada uma das atividades, evidencia as dimensões relacionadas com a mobilidade, a cognição e os cuidados pessoais, ou seja, as que são mais influenciadas pelo processo de envelhecimento individual, e que, também por esse motivo, são influenciadas pela sobrerepresentação feminina nas idades mais avançadas, registando, assim, taxas superiores nas mulheres.

FIGURA 3. TAXAS DE PREVALÊNCIA DA INCAPACIDADE SEVERA NA POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS POR TIPO DE FUNCIONALIDADE E SEXO, PORTUGAL, 2021



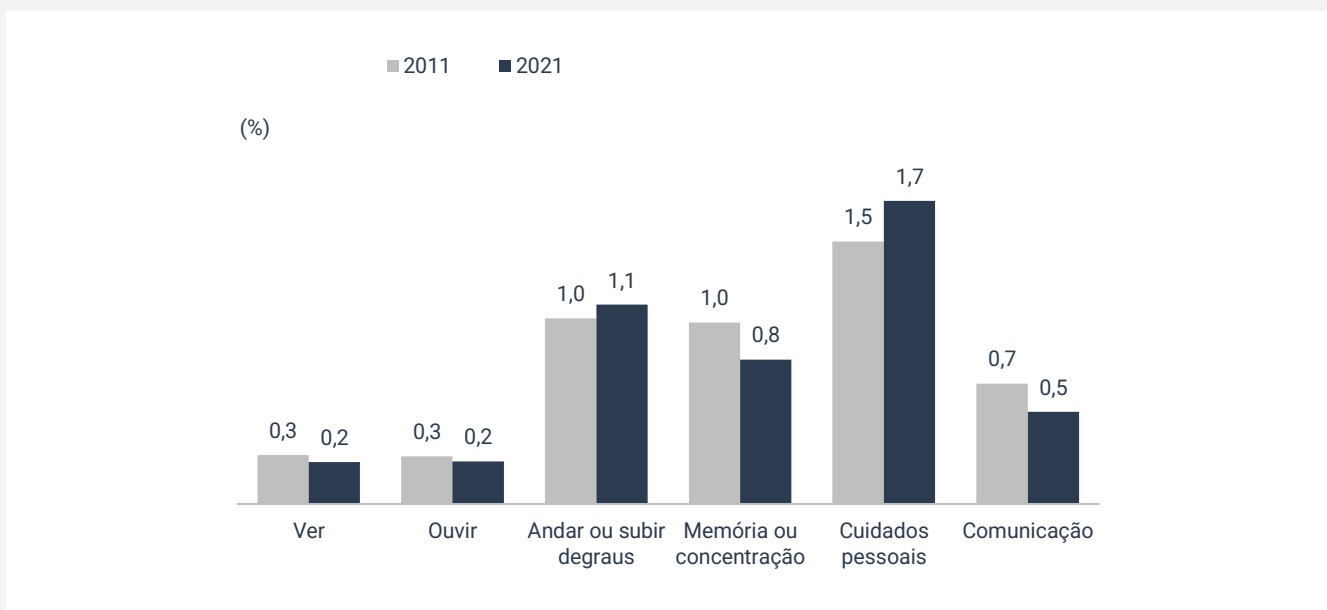
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Este perfil já se verificava em 2011, considerando os resultados da operação censitária anterior², observando-se um ligeiro aumento da prevalência da incapacidade grave ao nível da mobilidade e dos cuidados pessoais e um ligeiro decréscimo na dimensão relacionada com a cognição.

As incapacidades em ver e em ouvir afetam, em ambos os casos, 0,2% da população em 2021, menos 0,1 p.p. do que em 2011, respetivamente. A incapacidade severa ao nível da comunicação diminuiu de 0,7% da população com 5 ou mais anos em 2011 para 0,5% em 2021.

² Considerando as diferenças na forma de recolha desta informação entre 2011 e 2021 (referidas no capítulo 2), optou-se por apresentar a comparação de resultados na parte referente à incapacidade severa (ou seja, dos referentes às respostas da população na categoria “não consegue realizar de todo” determinada atividade).

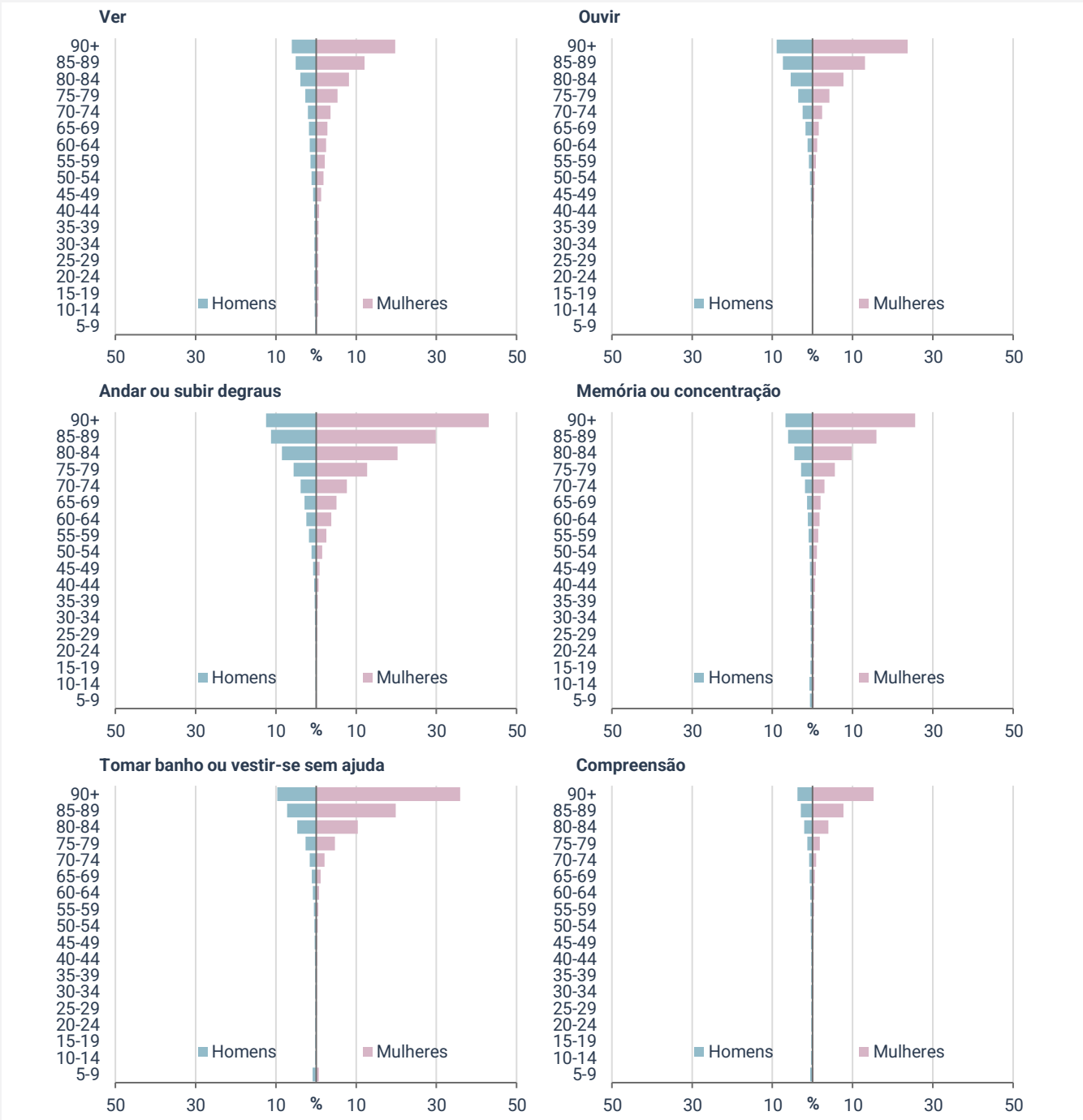
FIGURA 4. TAXAS DE PREVALÊNCIA DA INCAPACIDADE SEVERA NA POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS POR TIPO DE FUNCIONALIDADE, PORTUGAL, 2011 E 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Tal como para a existência de pelo menos uma incapacidade, a prevalência de cada uma das seis dificuldades universais aumenta com a idade e é significativamente mais elevada no caso das mulheres. As proporções de pessoas com dificuldade em andar ou subir degraus, em ver e em ouvir aumentam sobretudo a partir dos 70-74 anos. As percentagens da população com dificuldade de cognição/memória, de comunicação e realização de cuidados pessoais acentua-se um pouco mais tarde, a partir do grupo etário dos 75-79 anos.

FIGURA 5. POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS, SEGUNDO O TIPO DE FUNCIONALIDADE, GRUPO ETÁRIO E SEXO, PORTUGAL, 2021

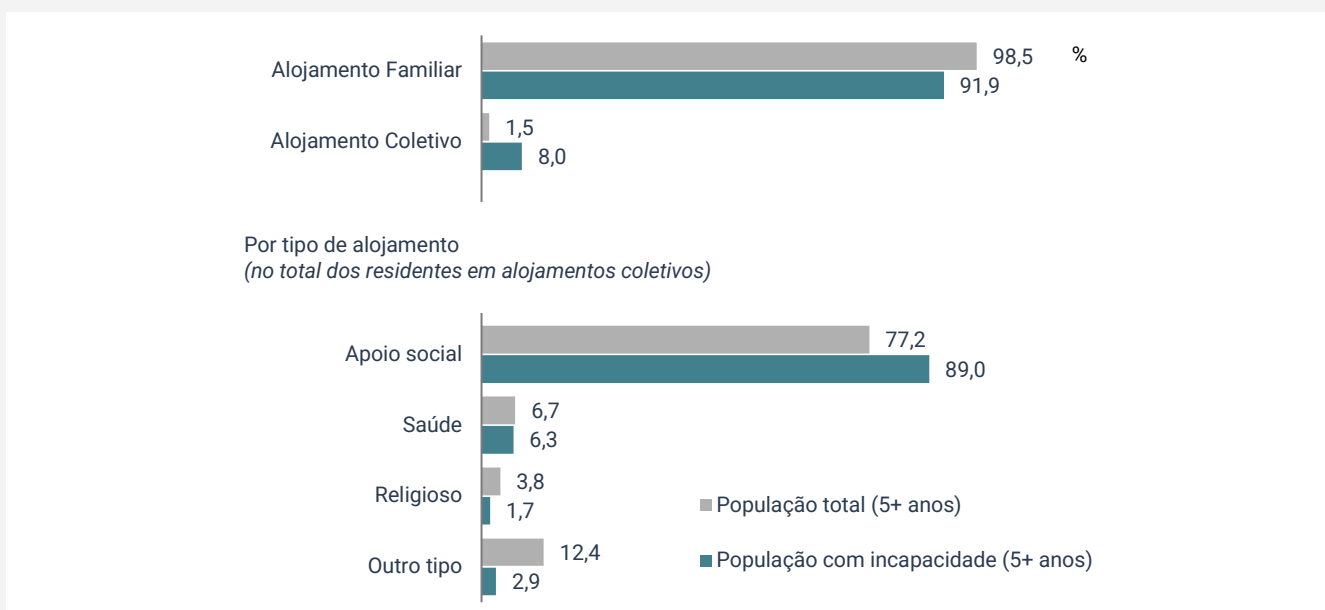


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

3 | COMO VIVE A POPULAÇÃO COM INCAPACIDADE

A maioria da população com 5 ou mais anos que tem pelo menos uma incapacidade vive em alojamentos familiares (91,9%), enquanto 8,0% vivem em alojamentos coletivos, o que representa uma proporção bastante superior à observada para a população em geral com 5 ou mais anos (1,5%). Do conjunto de pessoas com incapacidade que residem em alojamentos coletivos, os alojamentos no âmbito do apoio social são o tipo de alojamento mais frequente (89,0%), uma proporção também mais elevada do que a referida pela população em geral (77,2%).

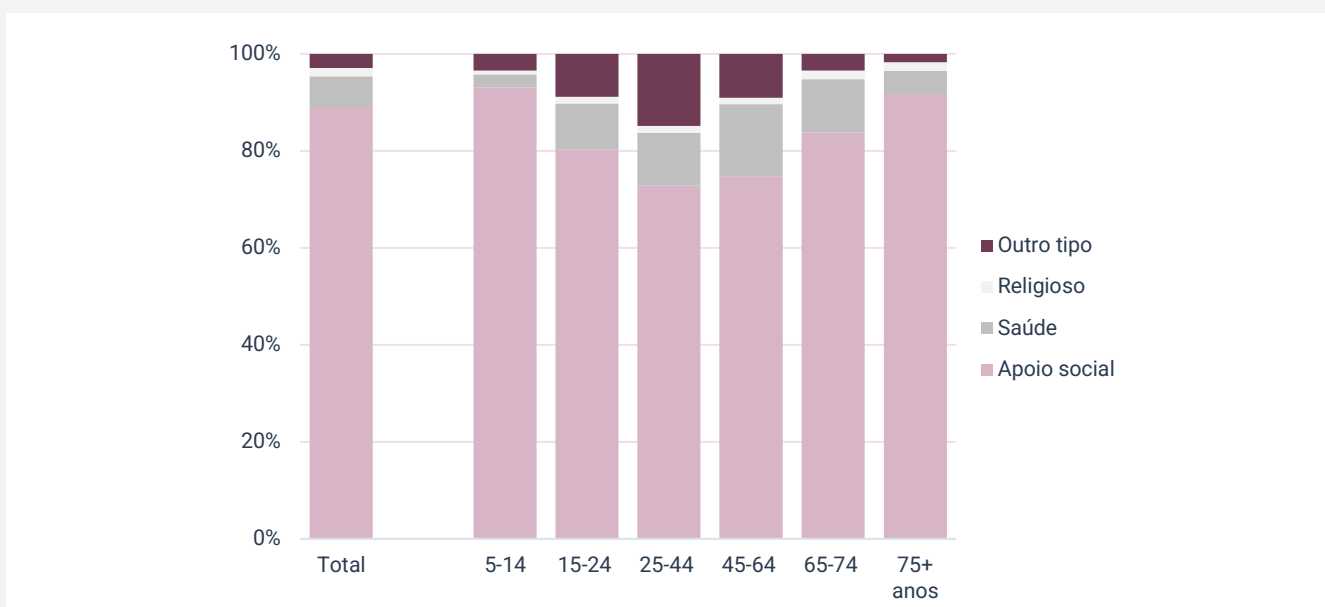
FIGURA 6. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS, TOTAL E COM INCAPACIDADE, POR TIPO DE ALOJAMENTO, PORTUGAL, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

A residência em alojamentos de apoio social constitui o tipo de alojamento coletivo mais comum em todas as idades, embora menor para a população dos 25 aos 64 anos, em detrimento das instituições de saúde e nos alojamentos coletivos de outro tipo (onde se incluem, por exemplo, alojamentos associados a estabelecimentos de hotelaria, educação, prisionais e militares). A residência em instituições de saúde é mais frequente na população dos 45 aos 64 anos com incapacidade que vive em alojamentos coletivos (14,9%) em relação aos restantes grupos etários. Para a população dos 25 aos 44 anos, os alojamentos de outro tipo constituem a residência habitual para 14,9% de pessoas com incapacidades (mais 12,0 p.p. do que para a população com incapacidade que vive em alojamentos coletivos em geral).

FIGURA 7. POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS COM INCAPACIDADE A RESIDIR EM ALOJAMENTOS COLETIVOS, POR TIPO DE ALOJAMENTO COLETIVO, PORTUGAL, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

4 | OS QUATRO DOMÍNIOS ESSENCIAIS DA FUNCIONALIDADE – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Considerando apenas os quatro domínios de funcionalidade essenciais³, que, recorde-se, afeta, de forma incapacitante, 6,1% da população com 5 ou mais anos ao nível da mobilidade, 3,5% da visão, 3,4% no domínio da memória/cognição e 2,8% no que respeita à audição (ver Figura 2), apresenta-se de seguida uma análise com nível geográfico mais detalhado.

Dificuldade em andar e subir degraus

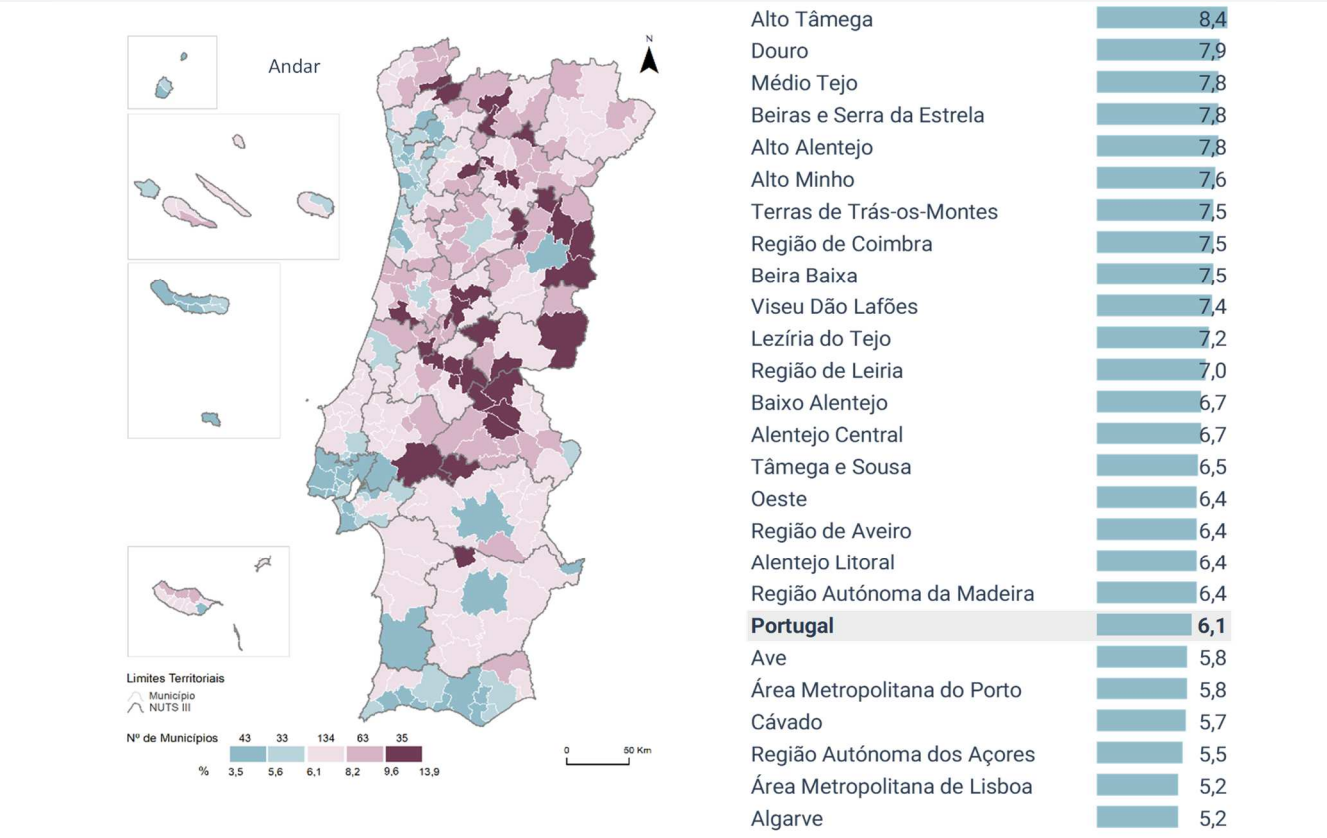
Cerca de ¼ dos 308 municípios do país (226) registam taxas de prevalência de incapacidade ao nível da mobilidade acima da média do país (6,1%), 35 dos quais com valores superiores a 9,6%. Os municípios de Vila de Rei (13,9%) e Gavião (12,6%) registam os valores mais elevados no país, com taxas duas vezes superiores à taxa nacional (6,1%). No sentido oposto, dos 43 municípios com taxas inferiores a 5,6%, destacam-se os municípios do Corvo (3,5%), Albufeira (4,1%), Cascais e Ribeira Grande (4,3%) com os valores mais baixos.

Sendo uma das dimensões mais influenciadas pela idade, as taxas de prevalência para esta incapacidade são, naturalmente, mais elevadas nos municípios com população mais envelhecida. Do mesmo modo, as taxas de prevalência mais baixas estão associadas a municípios com populações mais jovens.

Por região NUTS III, o Alto Tâmega regista a taxa de prevalência mais elevada, com 8,4%, seguida do Douro, também na região Norte, com 7,9%, e do Médio Tejo, Beiras e Serra da Estrela, na região Centro, e do Alto Alentejo, com 7,8%.

Abaixo da taxa média para Portugal, registam-se apenas seis regiões NUTS III: Ave, Área Metropolitana do Porto e Cávado, na região NUTS II Norte (entre 5,7% e 5,8%), a Região Autónoma dos Açores (com 5,5%) e a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve, ambas com 5,2%.

FIGURA 8. TAXAS DE PREVALÊNCIA DA POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS COM INCAPACIDADE AO NÍVEL DA MOBILIDADE, POR NUTS III E MUNICÍPIO, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

³ Ver capítulo 1.

Dificuldade em ver

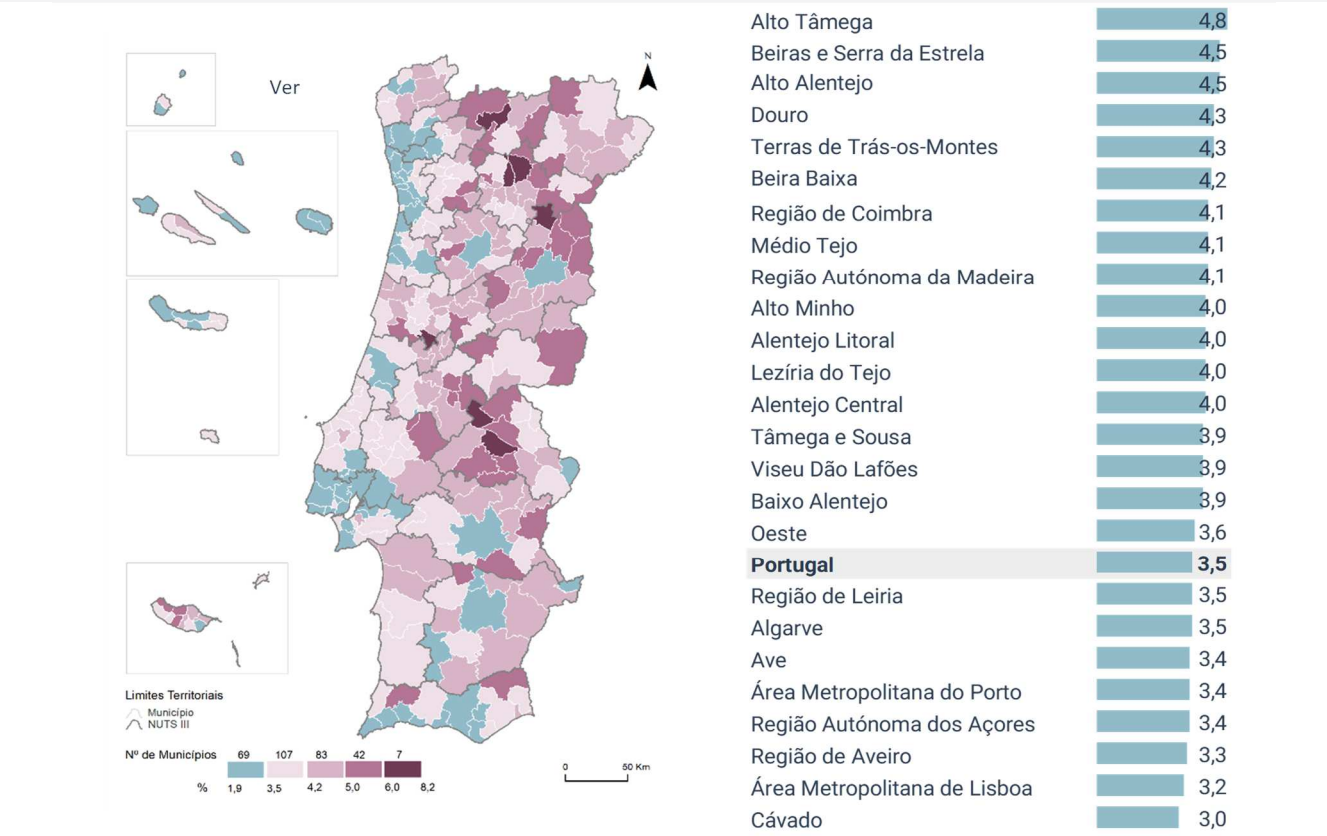
As taxas de prevalência da população que referiu ter muita dificuldade ou não conseguir ver de todo, mesmo usando óculos, registam valores entre 1,9% (Corvo) e 8,9% (município de Gavião), que compara com o valor de 3,5% para o total da população residente com 5 ou mais anos.

Dos 308 municípios do país, mais de metade (227) registam taxas acima da média do país, dos quais sete registam taxas superiores a 6,0%, e 69 municípios apresentam taxas de prevalência inferiores a 3,5%.

Embora menos significativa do que no caso da incapacidade em andar ou subir degraus, a análise das taxas de prevalência da incapacidade da visão reflete a influência das regiões do país com população mais envelhecida.

Por NUTS III, as taxas variam entre 3,0% no Cávado e 4,8% no Alto Tâmega, sendo que apenas seis das 25 regiões registavam taxas inferiores à média do país (3,5%).

FIGURA 9. TAXAS DE PREVALÊNCIA DA POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS COM INCAPACIDADE AO NÍVEL DA VISÃO, POR NUTS III E MUNICÍPIO, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Dificuldade em ouvir

No total, 212 dos 308 municípios do país registam taxas de prevalência de incapacidade em ouvir superiores à média nacional (2,8%).

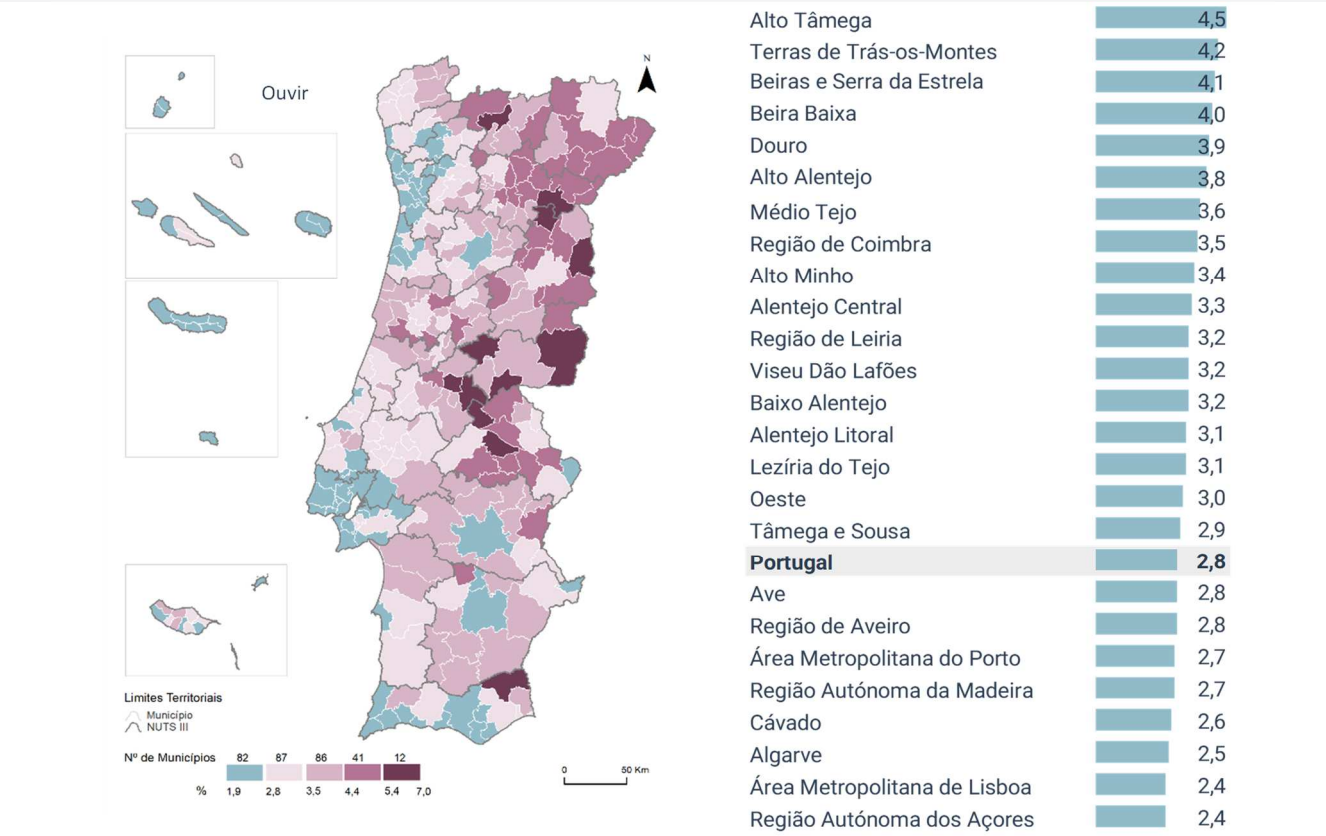
O município de Vila de Rei (7,0%) regista a taxa de prevalência mais elevada para a incapacidade em ouvir, cerca de 2,5 vezes a média do país, enquanto para outros oito municípios as taxas obtidas são superiores ao dobro da média nacional (entre 5,6% e 6,2%): Alter do Chão, Boticas, Gavião, Oleiros, Vila Velha de Ródão, Almeida, Mação e Mêda.

Em 82 municípios a taxa de prevalência é inferior a 2,8%, destacando-se quatro municípios com menos de 1,9%: o município de Albufeira, na região do Algarve; Ribeira Grande e Corvo, na Região Autónoma dos Açores; e Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira.

Por região NUTS III, duas regiões do Norte – Alto Tâmega e Terras de Trás os Montes –, e duas do Centro – Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa –, registam as prevalências mais elevadas (entre 4,0% e 4,5%).

Seis regiões NUTS III registam valores inferiores à média nacional: Área Metropolitana do Porto, Cávado, Área Metropolitana de Lisboa, Algarve e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

FIGURA 10. TAXAS DE PREVALÊNCIA DA POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS COM INCAPACIDADE AO NÍVEL DA AUDIÇÃO, POR NUTS III E MUNICÍPIO, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Dificuldade de cognição/memória

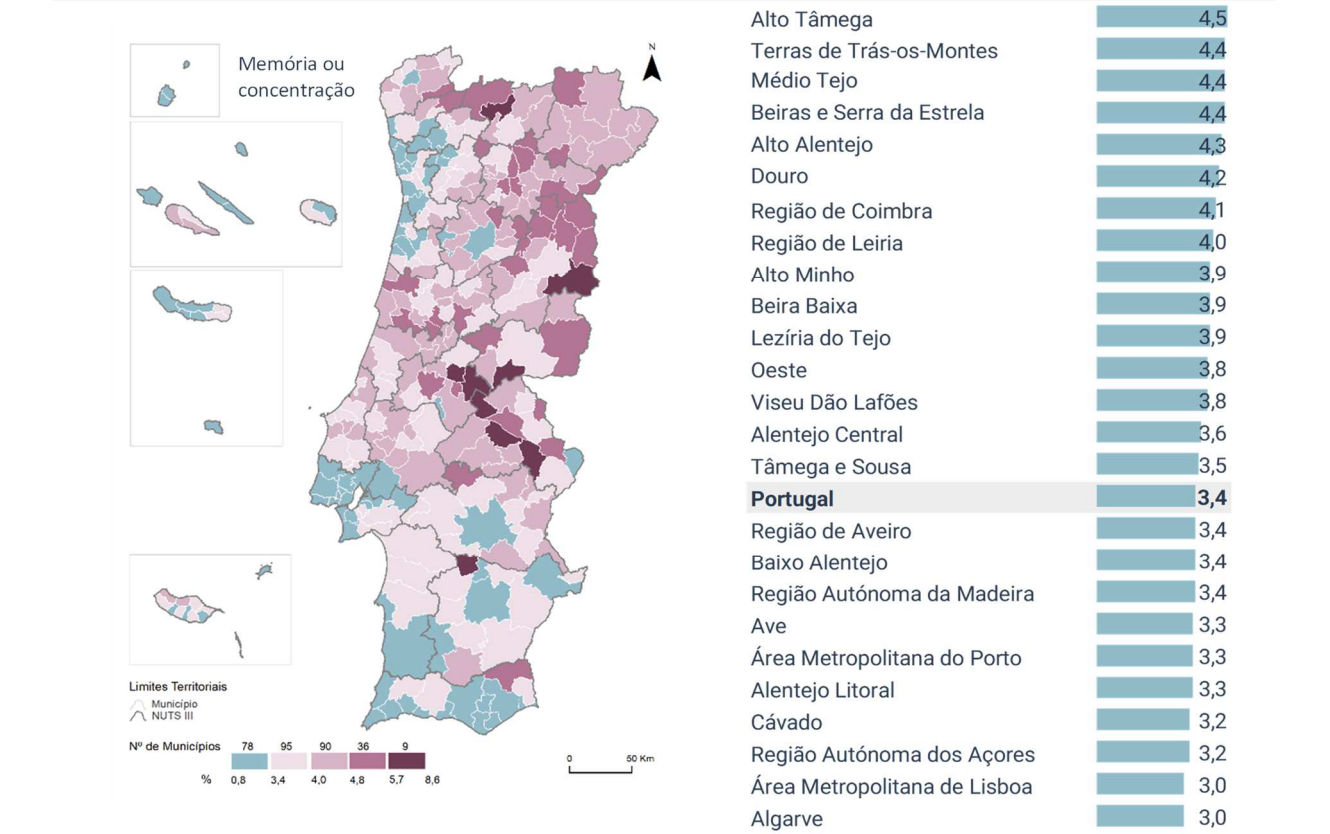
No total, 214 dos 308 municípios do país registam taxas de prevalência de incapacidade de cognição/memória superiores à média nacional (3,4%).

A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve registam as taxas de prevalência mais baixas para esta incapacidade: 3,0%. Abaixo da média nacional, encontravam-se 78 municípios, destacando-se quatro municípios da Região Autónoma dos Açores (Santa Cruz das Flores, Ribeira Grande, Lajes das Flores e Corvo) e um do Algarve (Albufeira), com as taxas mais baixas (menos de 2,5%).

No extremo oposto, Vila de Rei (com 8,6%) e de Monforte (com 7,0%) registam as taxas de prevalência mais elevadas para a incapacidade ao nível da cognição.

Por região NUTS III, as regiões de Alto Tâmega e Terras de Trás os Montes (no Norte), e Médio Tejo e Beiras e Serra da Estrela (no Centro), apresentam as taxas mais elevadas para esta situação, com valores iguais ou superiores a 4,4%.

FIGURA 11. TAXAS DE PREVALÊNCIA DA POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS COM INCAPACIDADE AO NÍVEL DA COGNIÇÃO/MEMÓRIA, POR NUTS III E MUNICÍPIO, 2021

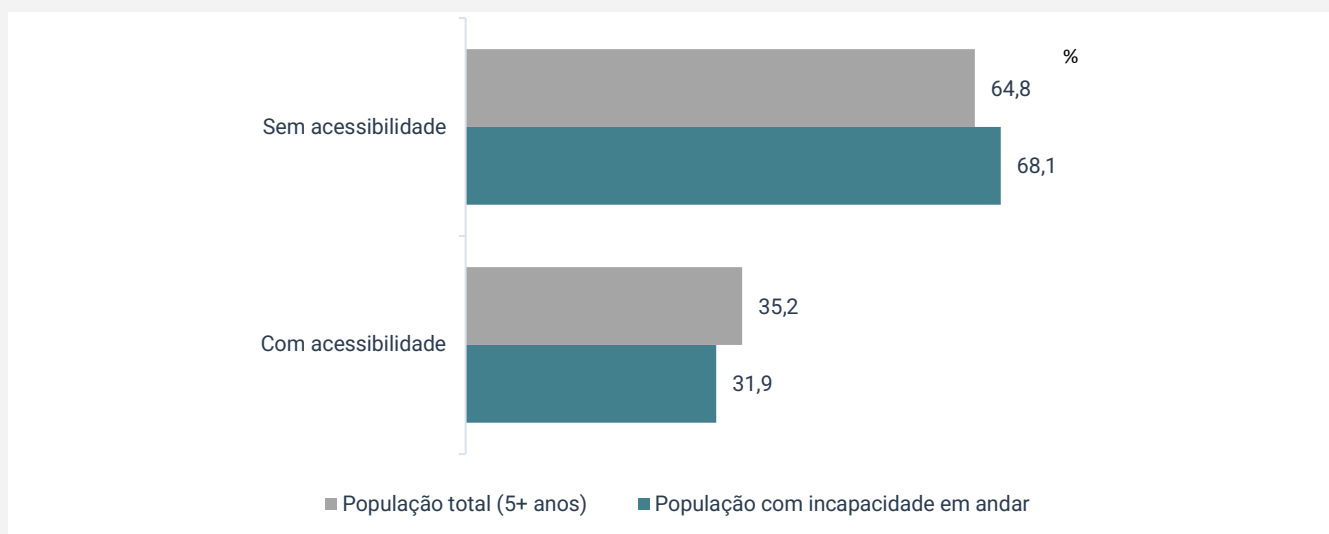


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

5 | ACESSIBILIDADE DOS ALOJAMENTOS DE RESIDÊNCIA PRINCIPAL

Em 2021, 68,1% da população com 5 ou mais anos com incapacidade de mobilidade a residir em alojamentos familiares clássicos, viviam em alojamentos sem acessibilidade para pessoas que utilizam cadeira de rodas de forma autónoma (sem apoio de outra pessoa), proporção que apesar de não ser muito superior à obtida para a população com 5 ou mais anos em geral (64,8%), tem neste um impacto particularmente grave na sua qualidade de vida.

FIGURA 12. POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS, TOTAL E COM INCAPACIDADE EM ANDAR, SEGUNDO O TIPO ACESSIBILIDADE AO ALOJAMENTO, PORTUGAL, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

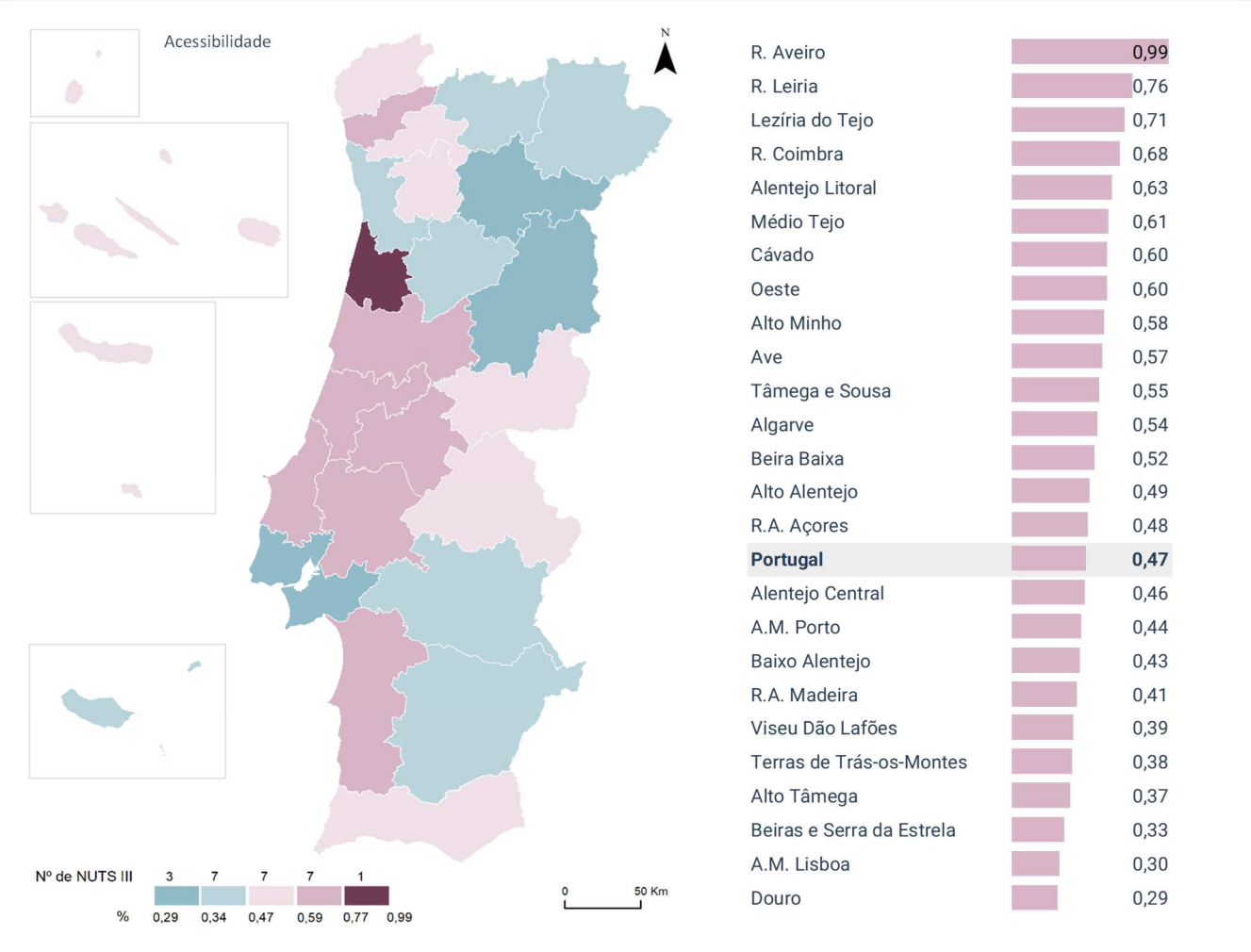
A acessibilidade aos alojamentos das pessoas com incapacidade em andar pode ser um indicador relevante de paridade para as pessoas com esta condição de mobilidade. Neste sentido, definiu-se um rácio de paridade entre as pessoas com 5 ou mais anos com incapacidade em andar que vivem em alojamentos familiares clássicos com acessibilidade e as pessoas com 5 ou mais anos com incapacidade em andar que vivem em alojamentos familiares clássicos sem acessibilidade.

O valor deste indicador de paridade no país é 0,47, o que permite confirmar que as pessoas com incapacidade em andar têm uma menor acessibilidade aos alojamentos de residência principal.

Por região NUTS III, a região de Aveiro é a que apresenta uma relação mais paritária entre as pessoas com incapacidade em andar que residem em alojamentos com acessibilidade vs. sem acessibilidade, com um índice próximo de 1 (0,99), seguida da região de Leiria e de Lezíria do Tejo, que apresentam, respetivamente, valores de 0,76 e 0,71.

A região NUTS III do Douro apresenta o índice mais baixo (0,29), seguida pela Área Metropolitana de Lisboa (0,30) e Beiras e Serra da Estrela (0,33).

FIGURA 13. RÁCIO DE PARIDADE ENTRE TER E NÃO TER ACESSIBILIDADE A CADEIRA DE RODAS PARA A POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS COM INCAPACIDADE AO NÍVEL DA MOBILIDADE, NUTS III, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

6 | OS QUATRO DOMÍNIOS ESSENCIAIS DA FUNCIONALIDADE – CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA

Características sociodemográficas

A análise das características sociodemográficas da população com 15 ou mais anos com incapacidade (11,8%), evidencia algumas características específicas já referidas anteriormente, nomeadamente ao nível da estrutura demográfica da população em análise.

O rácio de feminilidade é superior nas pessoas com incapacidade (1,7 mulheres por cada homem) por comparação com a população sem incapacidade (1,1) e aumenta para 2,1 nas pessoas com dificuldades na mobilidade (andar ou subir degraus). Em termos de estrutura etária, as diferenças em relação à população sem incapacidade são ainda mais evidentes: a proporção da população com 65 ou mais anos com incapacidade é 67,2%, 45,7 p.p. mais do que a proporção de idosos sem incapacidade (21,5%); as proporções de pessoas com incapacidade em ver e em ouvir atingem valores de 78,7% e 78,2%, respetivamente.

FIGURA 14. POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS SEGUNDO O TIPO DE FUNCIONALIDADE E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, PORTUGAL, 2021

		População com 15+ anos sem incapacidade	População com 15+ anos com incapacidade	Tipo de funcionalidade (domínios essenciais)			
				Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Por sexo							
Masculino		48,3	37,3	35,1	42,7	32,5	34,7
Feminino		51,7	62,7	64,9	57,3	67,5	65,3
Por grupo etário							
15-24 anos		13,4	2,3	3,2	0,9	0,6	3,0
25-44 anos		30,6	6,8	7,6	4,1	3,2	7,6
45-64 anos		34,5	23,7	26,8	16,3	18,0	19,3
65+ anos		21,5	67,2	62,4	78,7	78,2	70,1
Por estado civil							
Solteiro		37,6	16,7	18,0	12,2	11,9	19,1
Casado		47,2	45,8	44,0	46,0	44,4	40,1
Viúvo		5,9	29,1	28,9	35,3	36,3	33,3
Divorciado		9,3	8,3	9,1	6,4	7,3	7,5
Por situação de conjugalidade							
Vive em conjugalidade		59,1	50,3	49,5	49,4	47,5	43,7
Não vive em conjugalidade		40,9	49,7	50,5	50,6	52,5	56,3
Por composição familiar							
Agregado familiar sem crianças		72,6	81,9	81,0	82,9	82,3	75,8
1 Adulto		10,4	18,8	18,1	19,7	20,0	15,6
1 adulto com menos de 65 anos		6,0	3,5	3,8	2,2	2,6	3,2
1 adulto com 65 + anos		4,5	15,3	14,3	17,5	17,5	12,5
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos		13,9	6,7	7,5	4,4	4,9	5,6
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos		14,4	29,6	26,4	32,6	32,2	27,2
Outros agregados (sem crianças)		33,9	26,9	29,0	26,2	25,1	27,4
Agregado familiar com crianças		26,6	9,9	12,3	8,0	7,1	9,0
1 adulto c/ pelo menos 1 criança		1,2	0,4	0,5	0,2	0,2	0,4
2 adultos com 1 criança		7,5	1,8	2,4	1,3	1,0	1,7
2 adultos com 2 crianças		5,0	0,8	1,1	0,6	0,3	0,7
2 adultos com 3 + crianças		0,8	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Outros agregados (com crianças)		12,2	6,7	8,1	5,7	5,5	6,0
Agregados familiares a residir em alojamentos não clássicos		0,7	8,2	6,7	9,0	10,6	15,2

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

O efeito do envelhecimento demográfico da população com incapacidade é também indiretamente visível no estado civil, registando-se uma proporção de pessoas com incapacidade em situação de viuvez de 29,1%, muito superior à da população sem incapacidade (5,9%).

As proporções de pessoas casadas e divorciadas é menor na população com incapacidade, bem como a de pessoas a viver em situação de conjugalidade.

A maior parte das pessoas vivem em agregados domésticos privados sem crianças⁴, com proporções mais elevadas para a população com incapacidade (81,9%, o que compara com 72,6% da população sem incapacidade), das quais, 15,3% são idosos que vivem sós. Os agregados familiares⁵ constituídos por dois adultos em que pelo menos um tem 65 ou mais anos são mais frequentes na população com incapacidade (29,6%, que compara com 14,4% para a população sem incapacidade).

As pessoas que vivem em agregados domésticos privados com crianças representam 9,9% no conjunto da população com 15 ou mais anos com incapacidade.

⁴ Para esta análise foram consideradas como crianças todas as pessoas com menos de 15 anos.

⁵ O mesmo que agregado doméstico privado.

Os agregados domésticos privados que vivem em alojamentos não clássicos são mais frequentes/comuns na população com incapacidade (8,2%), por comparação com a população sem incapacidade (0,7%), sobretudo quando se trata de incapacidades ao nível cognitivo (15,2%).

Características socioeconómicas

O nível de escolarização é bastante mais baixo na população com incapacidade do que na população sem incapacidade: 21,5% das pessoas naquela situação não tinham completado qualquer nível de escolaridade, sendo que 15,7% referiram nunca ter frequentado um nível de ensino. Estas proporções aumentam para, respetivamente, 28,6% e 20,9% para a população com incapacidade ao nível cognitivo, a dimensão de análise em que os valores obtidos são mais elevados.

O nível de escolaridade completado pela maior parte da população com incapacidade era o ensino básico (cerca de 64,7%, 20,0 p.p. mais do que no caso da população sem incapacidade). Em contrapartida, apenas 8,5% da população com incapacidade tinha completado o ensino secundário e 5,4% o ensino superior, proporções bastante inferiores às da população sem incapacidade (28,8% e 21,7%, respetivamente).

Registam-se igualmente diferenças significativas entre a proporção da população com e sem incapacidade que estava a frequentar um nível de ensino à data dos Censos 2021 (respetivamente, 2,0% e 10,9%), destacando-se a proporção relativamente mais elevada no caso das pessoas com incapacidade na visão (2,7%).

A proporção da população inativa com incapacidade (84,4%) é bastante superior à da população sem incapacidade (41,5%)*. Em contrapartida, a população reformada com incapacidade representa 65,1% da população com incapacidade, uma proporção que corresponde a três vezes a da população sem incapacidade.

A população ativa representa apenas 15,6% da população com incapacidade, muito abaixo do que se observa para a população sem incapacidade (58,5%). A incapacidade em ver é a que afeta relativamente menos o emprego das pessoas com incapacidade (20,0% estavam ativas e 17,5% estavam empregadas à data dos Censos 2021), enquanto a incapacidade de mobilidade é a mais gravosa (apenas 7,9% das pessoas com incapacidade estavam ativas e 7,1% empregadas).

A reforma ou pensão é a principal fonte de rendimento para as pessoas com incapacidade (71,9%), com proporções mais elevadas para as que referiram incapacidade de mobilidade (82,1%) e de audição (79,8%).

* Dado atualizado em 12-12-2021

FIGURA 15. POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS SEGUNDO O TIPO DE FUNCIONALIDADE E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS, PORTUGAL, 2021

		População com 15+ anos sem incapacidade	População com 15+ anos com incapacidade	Tipo de funcionalidade (domínios essenciais)			
				Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração
				%			
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Por nível de escolaridade completado							
Nenhum		3,8	21,5	22,5	26,0	25,3	28,6
Até ao 3.º ciclo		47,7	64,7	62,2	63,7	65,3	58,7
Secundário		26,8	8,5	9,6	5,9	5,7	7,5
Superior		21,7	5,4	5,7	4,3	3,7	5,2
Por frequência de ensino							
Está a frequentar		10,9	2,0	2,7	0,8	0,5	2,3
Frequentou mas já não frequenta		86,3	82,3	80,3	79,4	80,7	76,7
Nunca frequentou		2,8	15,7	16,9	19,7	18,8	20,9
Por condição perante a atividade económica							
População ativa		58,5	15,6	20,0	12,2	7,9	12,2
Empregados		53,8	13,9	17,5	11,0	7,1	10,8
Desempregados		4,7	1,8	2,5	1,2	0,8	1,4
População não ativa		41,5	84,4	80,0	87,8	92,1	87,8
Estudantes		8,3	1,3	1,9	0,4	0,3	1,5
Reformados		21,3	65,1	59,7	74,6	74,7	66,7
Pessoas com incapacidade permanente para o trabalho		0,9	7,6	6,4	4,6	8,5	10,2
Outros inativos		10,9	10,4	12,0	8,1	8,7	9,4
Por principal fonte de rendimento							
Trabalho		53,3	12,7	16,6	10,4	5,8	9,7
Reforma ou pensão		22,6	71,9	66,1	79,8	82,1	75,4
Subsídio de desemprego		2,5	1,3	1,6	0,9	0,8	1,1
Rendimento social de inserção		1,0	1,7	2,1	1,1	1,3	1,6
A cargo da família		14,3	6,6	7,6	3,9	4,7	6,8
Outra		6,2	5,9	6,0	3,9	5,2	5,5
Por profissão principal (população empregada)							
0 Profissões das Forças Armadas		0,5	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2
1 Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores		6,1	4,1	4,0	4,2	3,9	4,4
2 Especialistas das actividades intelectuais e científicas		18,5	11,1	11,1	10,0	9,2	13,6
3 Técnicos e profissões de nível intermédio		10,7	7,4	7,5	6,9	6,1	8,7
4 Pessoal administrativo		9,6	9,0	9,3	7,6	8,8	9,7
5 Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores		18,4	19,2	19,9	16,2	19,9	19,4
6 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta		2,2	3,4	3,2	4,0	3,7	2,9
7 Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices		13,5	16,7	16,4	22,1	15,8	14,4
8 Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem		5,3	4,6	4,2	5,4	4,9	4,5
9 Trabalhadores não qualificados		15,1	24,4	24,4	23,4	27,6	22,3

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Movimentos pendulares

As pessoas com 15 ou mais anos com incapacidade que referiram deslocar-se para trabalhar ou estudar representam apenas 3,2% (141 325 pessoas) do total da população que o faz e 13,3% do total da população com 15 ou mais anos com incapacidade.

A maioria da população com incapacidade que se desloca para trabalhar ou estudar referiu utilizar automóvel para o fazer (56,6%), embora menos do que o observado para a população sem incapacidade (67,7%); 20,3% da

população com incapacidade desloca-se em transporte público⁶ para o trabalho ou local de estudo, mais 2,7 p.p. do que no caso da população sem incapacidade (16,6%).

A proporção das pessoas com incapacidade que vivem e trabalham no mesmo município é de 60,4%, mais elevada do que no caso da população sem incapacidade (53,7%), não se observando diferenças significativas em termos das proporções por classes de tempo médio de deslocação casa/trabalho ou local de estudo.

FIGURA 16. POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS SEGUNDO O TIPO DE FUNCIONALIDADE E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS MOVIMENTOS PENDULARES, PORTUGAL, 2021

	População com 15+ anos sem incapacidade	População com 15+ anos com incapacidade	Tipo de funcionalidade (domínios essenciais)			
			Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Por local de trabalho ou estudo (população que se desloca para trabalho ou estudo)						
Em casa	4,5	5,3	5,3	5,3	6,0	5,1
No município onde reside	53,7	60,4	59,8	59,4	62,7	59,7
Noutro município	35,3	27,5	28,0	27,3	24,7	28,9
No estrangeiro	1,7	1,3	1,5	1,7	1,1	0,9
Sem local de trabalho ou estudo fixo	4,9	5,5	5,4	6,3	5,5	5,3
Por tempo médio de deslocação casa-trabalho ou estudo (população residente no alojamento que se desloca para trabalho ou estudo)						
Até 15 minutos	49,4	50,8	49,2	52,0	53,0	48,7
De 16 a 30 minutos	31,3	29,4	29,5	29,1	28,0	30,8
De 31 a 60 minutos	14,9	14,5	15,2	13,9	13,6	15,2
De 61 a 90 minutos	3,1	3,7	4,1	3,3	3,7	3,8
Mais de 90 minutos	1,4	1,6	1,9	1,7	1,7	1,5
Por principal meio de transporte utilizado nas deslocações (população residente no alojamento que se desloca para trabalho ou estudo)						
A pé	13,3	20,5	21,2	19,5	23,0	19,6
Automóvel	67,7	56,0	53,9	59,2	54,7	56,7
Transporte público	16,6	20,3	21,9	17,6	19,0	20,4
Outros	2,4	3,2	3,0	3,8	3,3	3,4

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

7 | A INFLUÊNCIA DA INCAPACIDADE SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Para completar a análise descritiva das características dos residentes com 15 ou mais anos com incapacidade, apresentam-se os resultados da exploração dos mesmos dados para determinar a relação entre a incapacidade, em cada um dos 4 domínios de funcionalidade essenciais (ver, ouvir, andar e cognição/memória), e a probabilidade de estar ativo ou de estar empregado. O objetivo é tentar isolar essa relação, controlando pelas características sociodemográficas individuais que também se relacionam com a atividade e a empregabilidade.

No primeiro caso, foram ajustados 4 Logit binomiais (um para cada incapacidade de domínio essencial), em que a variável dependente é a “Condição perante o trabalho”, que toma o valor 1 para “Ativo” e 0 para “Inativo” (excluíram-se os estudantes, os reformados e os residentes em alojamentos coletivos).

Para o segundo conjunto de modelos Logit binomiais, a variável resposta foi definida como 1 para “Empregado” e 0 para “Desempregado”⁷. Também nestes modelos não se consideraram os residentes em alojamentos coletivos, bem como os estudantes e os reformados, uma vez que é difícil isolar o efeito de uma incapacidade na não participação no mercado de trabalho neste subgrupo da população.

Para todos os modelos ajustados (ver quadros anexos) utilizaram-se as seguintes variáveis explicativas:

⁶ Nesta análise incluiu-se o transporte coletivo da empresa ou da escola na categoria de transportes públicos.

⁷ Deverá ter-se em conta que a condição de emprego/desemprego está condicionada pela situação de atividade, pelo que não é possível descartar a existência de algum enviesamento.

- Idade, selecionando-se apenas a população residente com idades dos 15 aos 74 anos;
- Sexo – homem (categoria de referência), mulher;
- Dimensão do agregado familiar;
- Nível de escolaridade – até ao básico (categoria de referência), secundário, superior;
- Estado civil – solteiro (categoria de referência), casado, divorciado, viúvo;
- Região – Norte (categoria de referência), Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira.

As variáveis explicativas Ver, Ouvir, Andar ou subir degraus e Cognição/memória foram definidas como variáveis binárias: 1 – Tem incapacidade; 0 – Não tem incapacidade. Em linha com as secções anteriores do estudo, considera-se existir uma incapacidade quando o respondente indica ter muita dificuldade ou não conseguir realizar de todo uma das atividades.

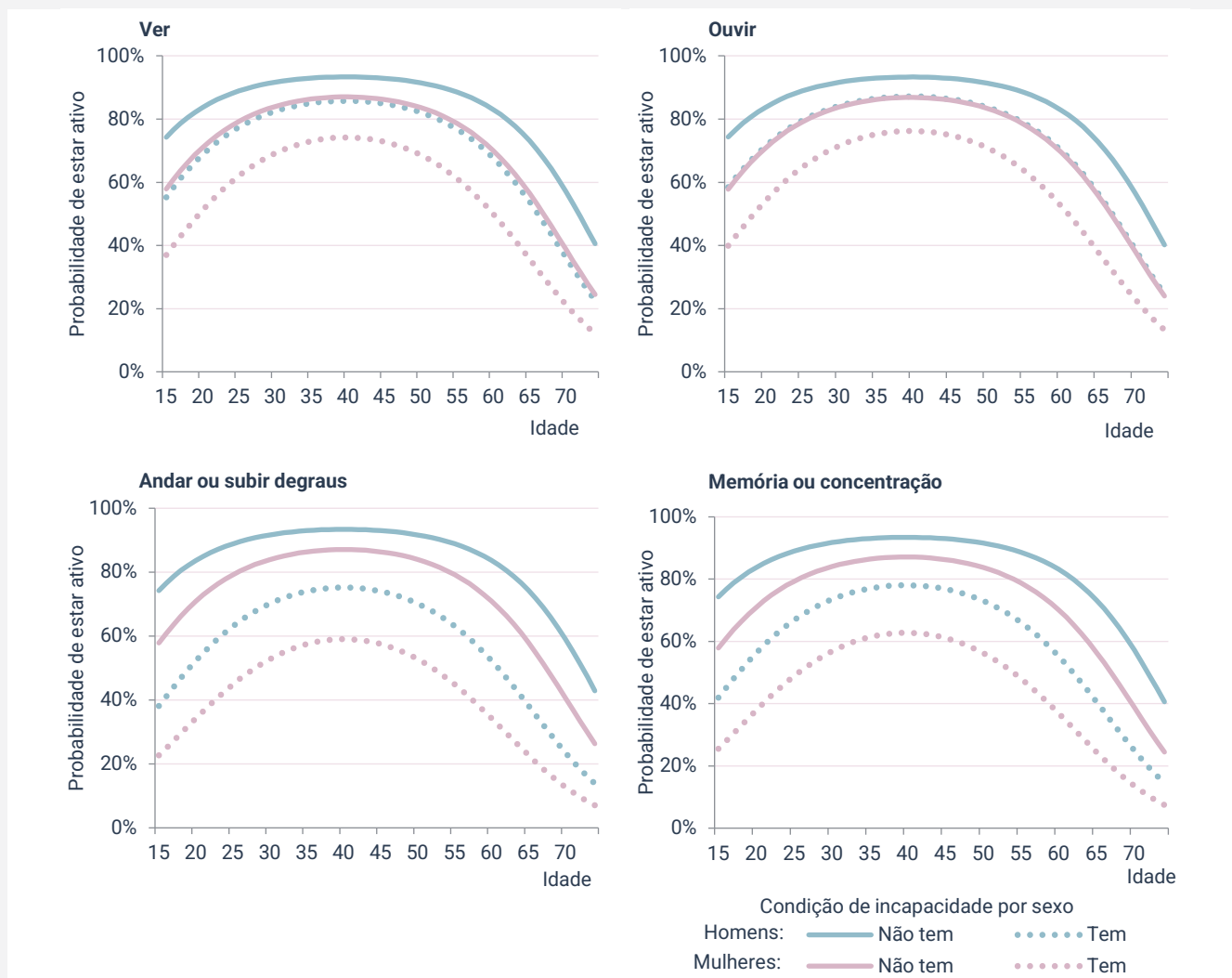
Os resultados dos modelos Logit apresentados (probabilidades estimadas e efeitos marginais) podem ser interpretados como probabilidades de ocorrência do evento (estar ativo, no primeiro conjunto de modelos; estar empregado, no segundo conjunto de modelos) ou como variações nas probabilidades referidas (efeitos marginais) associadas a cada uma das variáveis explicativas (em relação à classe de referência), mantendo as restantes inalteradas. Recorda-se que estes resultados excluem os residentes em alojamentos coletivos, os estudantes e os reformados.

Os resultados relativos aos efeitos marginais médios podem ser consultados no ficheiro Excel anexo a esta publicação que inclui também os restantes quadros de resultados.

A partir do primeiro conjunto de modelos (ativo vs. inativo), os resultados obtidos permitem concluir que:

- tanto para os homens como para as mulheres, a probabilidade de estar ativo é inferior na presença de uma incapacidade (Figura 17);
- as mulheres com incapacidade em efetuar qualquer uma das 4 ações têm menor probabilidade de estar ativas do que os homens na mesma condição de incapacidade, seja qual for a idade considerada;
- aos 45 anos, uma mulher com incapacidade em andar ou subir degraus tem menor probabilidade de estar ativa (57,6%) do que uma mulher com a mesma idade com incapacidade de memória ou concentração (61,1%), incapacidade em ver (72,9%) ou ouvir (74,9%);
- com a mesma idade, as respetivas probabilidades estimadas para os homens aumentam para 74,0%, 76,8%, 84,9% e 86,4%;
- a incapacidade em **ver** diminui 13,2 pontos percentuais (p.p.) – efeito marginal médio – a probabilidade de estar ativo por comparação com a inexistência da mesma incapacidade;
- a probabilidade de estar ativo diminui em 11,0 p.p. para os que têm muita dificuldade ou não conseguem **ouvir**;
- de todas as incapacidades, **andar** ou subir degraus é a que mais diminui a probabilidade de estar ativo (-26,9 p.p.), seguindo-se a incapacidade de **memória ou concentração** (-23,7 p.p.).

FIGURA 17. PROBABILIDADE ESTIMADA DE ESTAR ATIVO, POR TIPO DE FUNCIONALIDADE, IDADE E SEXO, PARA A POPULAÇÃO DOS 15-74 ANOS EXCEPTO ESTUDANTES, REFORMADOS E RESIDENTES EM ALOJAMENTOS COLETIVOS

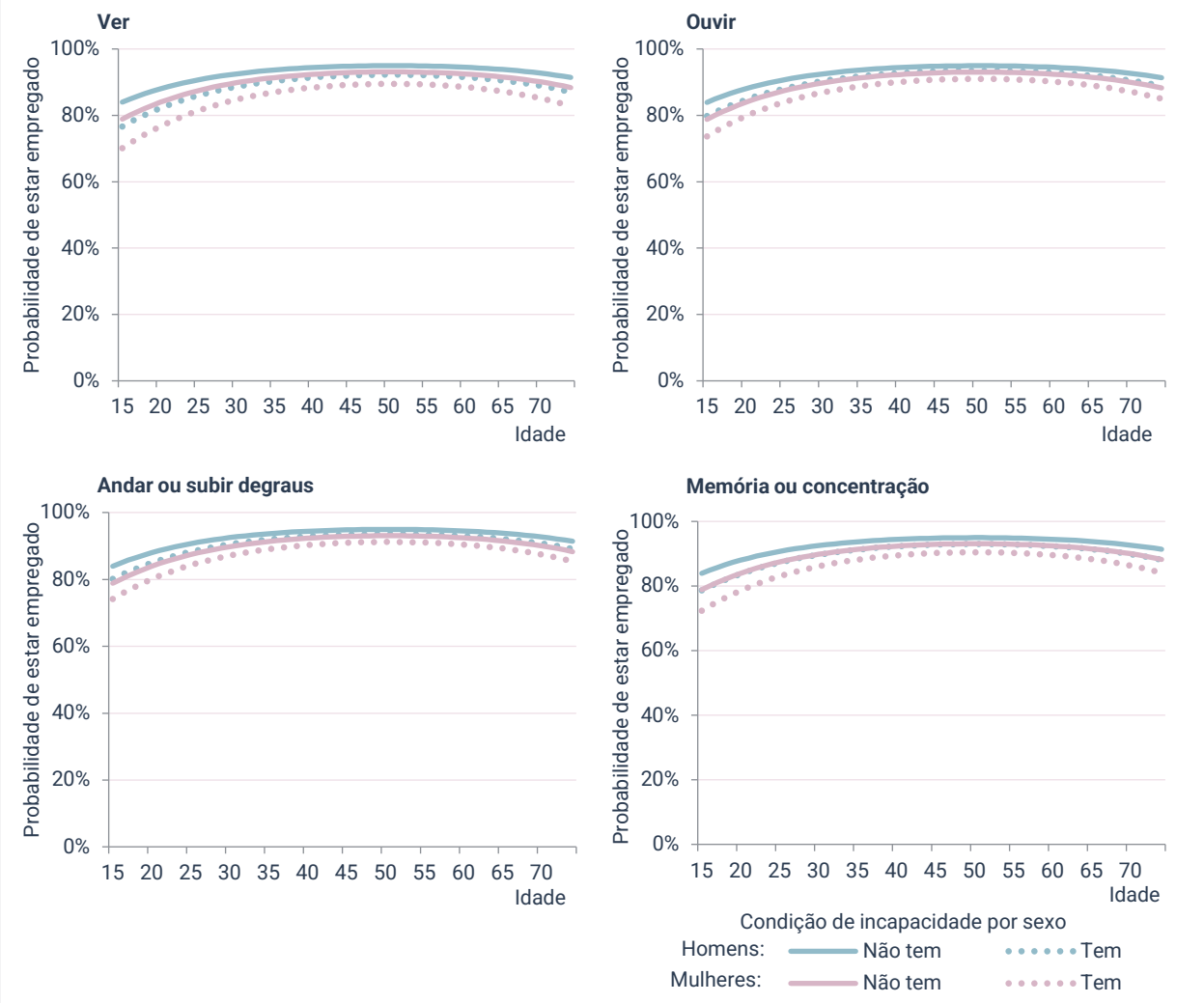


O segundo conjunto de modelos (empregado vs. desempregado) permite concluir que:

- a probabilidade de estar empregado é inferior na presença de uma incapacidade (Figura 18);
- em qualquer idade, ser mulher com incapacidade em efetuar uma das 4 ações diminui a probabilidade de emprego relativamente aos homens na mesma condição de incapacidade;
- aos 45 anos, uma mulher com incapacidade em ver tem menor probabilidade de estar empregada (89,2%) do que uma mulher com a mesma idade que tenha incapacidade de memória ou concentração (90,2%), em ouvir (90,8%) ou em andar ou subir degraus (91,0%);
- ser homem, nas mesmas condições de incapacidade, faz aumentar as referidas probabilidades para 92,1%, 92,8%, 93,3% e 93,4%;
- a incapacidade em **ver** diminui em 4,0 p.p. a probabilidade de estar empregado;
- a probabilidade de estar empregado diminui 2,3 p.p. para aqueles com incapacidade em **ouvir**;
- a incapacidade em **andar** ou subir degraus diminui em 2,1 p.p. a probabilidade de emprego;
- a incapacidade de **memória ou concentração** diminui em 2,9 p.p. a probabilidade de emprego.

De uma forma geral, os resultados indicam que a presença de qualquer uma das incapacidades de domínio essencial tem o efeito de diminuir a probabilidade de uma pessoa estar ativa ou empregada.

FIGURA 18. PROBABILIDADE ESTIMADA DE ESTAR EMPREGADO, POR TIPO DE FUNCIONALIDADE, IDADE E SEXO, PARA A POPULAÇÃO DOS 15-74 ANOS EXCEPTO ESTUDANTES, REFORMADOS E RESIDENTES EM ALOJAMENTOS COLETIVOS



8 | CONCEITOS

Acessibilidade: Característica de um ambiente ou de um objeto que permite a qualquer pessoa estabelecer um relacionamento com esse ambiente ou objeto, e utilizá-los de uma forma amigável, cuidadosa e segura.

Andar: Mover-se de pé sobre uma superfície, passo a passo, de modo que um pé esteja sempre no chão, como quando se passeia, caminha lentamente, anda para a frente, para trás ou para o lado.

Atividade: Execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo.

Autonomia: Capacidade para o desempenho das atividades de vida diária, da vida social e relacional, bem como para a tomada pessoal de decisões de acordo com as próprias regras e preferências.

Comunicação: Receção e produção de mensagens, manutenção da conversação e utilização de dispositivos e técnicas específicas da linguagem, incluindo sinais e símbolos.

Deficiência: Perda ou anomalia de uma estrutura ou de uma função do corpo.

Fatores ambientais: Fatores contextuais externos ao indivíduo que podem ter uma influência positiva ou negativa sobre a sua funcionalidade.

Fatores contextuais: Fatores que constituem a história completa da vida de um indivíduo e que se subdividem em fatores ambientais e fatores pessoais.

Fatores pessoais: Fatores contextuais intrínsecos ao indivíduo que condicionam as características psicológicas e outras que influenciam a sua funcionalidade e a forma de estar na vida.

Função auditiva: Função sensorial que permite sentir a presença de sons e discriminar a localização, o timbre, a intensidade e a qualidade dos sons.

Função da visão: Função sensorial relacionada com a percepção da presença de luz e a forma, tamanho, formato e cor do estímulo visual.

Funcionalidade: Interação da condição de saúde de um indivíduo com os seus fatores contextuais, ambientais e pessoais, que não revela limitação de atividade nem restrição na participação.

Funções da memória: Funções do corpo específicas do registo e armazenamento de informações e sua recuperação quando necessário.

Incapacidade: Interação da condição de saúde de um indivíduo com os seus fatores contextuais, ambientais e pessoais que revela limitação de atividade e/ou restrição na participação.

Lavar-se: Lavar e secar todo o corpo, ou partes do corpo, utilizando água e produtos ou métodos de limpeza e secagem apropriados.

Prevalência: Número de novos e antigos casos de doença, acidentes ou outros problemas de saúde existentes num determinado período de referência.

Problema de saúde: Problema relacionado com a saúde que suscita a necessidade de prestação de cuidados de saúde.

Problema de saúde prolongado: Problema de saúde que dura ou se prevê vir a durar mais do que seis meses.

Vestir-se: Realizar as tarefas e coordenar os gestos necessários para pôr e tirar a roupa e o calçado, segundo uma sequência adequada.

